

Ex-favelados irritam padre Horta

Decisão para a retirada das famílias da Paróquia pode sair hoje

Apesar da impressão favorável do padre Joaquim Horta, após visita a Brasilinha, as 110 famílias abrigadas no salão da Igreja de Nossa Senhora das Graças ainda não decidiram se aceitam os 200 lotes oferecidos pelo GDF.

Segundo o padre Horta, que chegou ao limite de sua capacidade de continuar abrigando os ex-favelados da 110 Norte, "Brasilinha é o melhor local oferecido até agora". Mesmo afirmando que não quer precipitar uma decisão das famílias, ele acredita que muitas vão acabar aceitando a proposta. Seu principal argumento é que quem já está morando em Brasilinha está satisfeito e não deseja retornar.

A decisão dos ex-favelados da 110 Norte, de qualquer forma, só será conhecida na manhã de hoje, quando o padre Horta procurar o secretário de Serviços Sociais, Adolfo Lopes, para anunciar a decisão.

Muita reivindicação, pouco entusiasmo e o surgimento de mais um impasse. Este foi o saldo da visita, na manhã de ontem a Brasilinha, programada pela Secretaria de Serviços Sociais para os ex-moradores da invasão da 110 Norte, que continuam alojados temporariamente na igreja Nossa Senhora das Graças, próxima ao Ceub.

Depois de percorrer de ônibus o local onde já estão assentados os moradores que concordaram em se mudar para Brasilinha, o secretário de Serviços Sociais, Adolfo Lopes, e o prefeito da cidade, Ademar Alves Borges, passaram a detalhar para os visitantes o trabalho que a Fundação Maria do Barro vem desenvolvendo junto aos novos moradores, e o apoio que a Prefeitura e a Secretaria estão dando, extensivo àqueles que desejam se mudar.

Além do lote, a prefeitura e a Secretaria garantiram o fornecimento de material — cascalho, pedra, areia e barro — para a construção das casas, que deverão ser erguidas em mutirão. No projeto da Fundação Maria do Barro estão previstas a implantação de uma horta comunitária, núcleos de produção, oficinas, e a construção de uma creche para abrigar 120 crianças.

Durante as explicações, Adolfo Lopes e Ademar Alves eram aparteados por Maria da Cruz, representante dos ex-invasores, que queria saber detalhes da mudança. No caso dos lotes, a posse definitiva, por decisão do Executivo e Legislativo de Brasilinha, só acontecerá depois de o morador residir no local durante cinco anos. Se nesse período o morador decidir se mudar, não poderá vender o lote. Ele simplesmente irá entregá-lo à Fundação Maria do Barro, que dará para uma outra família.

Todo o trabalho na nova comunidade, segundo as explicações dadas, terá a supervisão da Fundação Maria do Barro, que coordenará as atividades produtivas e estará presente também na formulação de propostas alternativas para a elevação do nível de vida dos moradores.

Nesse aspecto, os moradores que ainda não foram transferidos discordam frontalmente da proposta da Secretaria. Eles não querem a tutela da Fundação Maria do Barro, mas sim uma proposta alternativa elaborada pela Fundação Universidade de Brasília. O impasse começou a nascer aí.

Do lado do Governo, conforme admitiu o próprio Adolfo Lopes, a alternativa está afastada: "A Fundação Maria do Barro vem desenvolvendo um exce-

lente projeto, dando uma lição de trabalho solidário, de mútua colaboração. Se para os moradores que já estão assentados esse trabalho vem correspondendo às expectativas e dando bons resultados, não há porque mudar. Caso aceitássemos a proposta da UnB acabaríamos criando um problema de competição, que seria ruim para todos".

Adolfo Lopes disse que o apoio da UnB é importante para a solução de muitos problemas que afligem a cidade. "Mas nesse caso já encontramos a alternativa melhor. E lógico que um ou outro morador ofereça resistência. Mas a realidade é essa e não podemos fugir dela. Ninguem, nem da Secretaria, Prefeitura ou Igreja, está forçando qualquer morador a tomar decisão. Mesmo porque se vier forçado ele oferece resistência ao processo de integração. Ao passo que, decidindo se mudar, ele sabe que para melhorar de vida vai ter de cooperar", afirma.

Os moradores visitantes reclamaram principalmente da falta de infra-estrutura nos novos lotes e reivindicaram luz, água, postos de saúde, de polícia, orelhão, linhas regulares de ônibus e emprego. Tanto o secretário como o prefeito consideraram justas as reivindicações, mas enfatizaram que, no momento, o que tinham para oferecer era aquela realidade: um poço artesiano que abasteceria toda a comunidade, os serviços básicos já existentes em Brasilinha e a linha de ônibus circular, já em atividade.

Participaram da visita, além do secretário e do prefeito, técnicos da SSS, da Shis, da UnB, o padre Joaquim Horta, da igreja Nossa Senhora das Graças, o padre Virgílio Uchôa, da Comissão de Justiça e Paz, e cerca de 30 ex-invasores da 110 Norte.